

FEDF acusa empresas por desmoronamento

A Fundação Educacional do Distrito Federal está responsabilizando duas empresas de construção civil — a Gemel Construções Ltda e a Tecnal Construções e Comércio Ltda — por problemas verificados em obras realizadas em escolas da rede pública. As obras — na Escola Classe I de Santa Maria, e na Escola Classe QR 317, em Samambaia — foram consideradas de “má execução” e desmoronaram com as recentes chuvas.

Segundo relatório da Fundação no dia 4 de abril de 1993 o muro da Escola Classe I, de Santa Maria, construído em dezembro do ano passado, pela Gemel, desmoronou em, aproximadamente, 40 metros, “devido às chuvas, associadas à má execução da obra”. A empresa, notificada pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura da Fundação, simplesmente recusou-se a reconstruir o trecho derrubado.

Ainda segundo o relatório da Fundação, no dia 12 de maio foi expedida comunicação de multa contra a Gemel no valor de Cr\$ 86 milhões. E mais: como há denúncias de irregularidades cometidas pela empresa na contratação e execução da obra, a Fundação determinou a abertura de sindicância. Caso essas denúncias venham a ser comprovadas, a firma será obrigada a ressarcir os prejuízos causados aos cofres públicos ou fazer imediatamente a complementação dos serviços.

Chuvas — No outro caso, o da Tecnal, a Fundação relata que no dia 26 de dezembro do ano passado as chuvas que caíram sobre Samambaia provocaram o destelhamento de todos os cinco blocos da Escola Classe QR 317, com rompimento de parte da estrutura metálica. A empresa Contel, responsável pela construção do bloco 5, foi notificada pela Fundação e imediatamente executou os reparos.

Da mesma forma como aconteceu com a Gemel, a Tecnal foi multada. A Fundação esclarece que, tanto num caso como no outro, a sua Procuradoria Jurídica está movendo ação judicial de vistoria para que os prédios sejam liberados imediatamente. O objetivo é garantir a realização, o mais rápido possível, de novas licitações para que as obras nessas duas escolas sejam logo concluídas.

A Fundação aproveita para lembrar que esse tipo de problema vem sendo registrado em outras obras em escolas públicas e que todas as providências estão sendo tomadas para punir as empresas e exigir a conclusão dos serviços.

gresso Nacional, pedindo a inclusão dos servidores públicos no projeto de lei do deputado Paulo Paim (PT/RS) que institui uma política salarial para a iniciativa privada. Caso o projeto seja aprovado em plenário, os trabalhadores passarão a ter reposição integral da inflação mensalmente.

Desde a semana passada que os professores da UnB estão em “estado de greve” reivindicando a reposição de 113 por cento de perdas, isonomia interna entre as universidades em geral com os servidores. De acordo com o vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes), Paulo Riso, existe uma mobilização nacional dos docentes, reivindicando os mesmos pontos dos professores da UnB.